

A ascensão da Índia na ordem mundial tem vindo a merecer cada vez maior atenção nos círculos políticos, diplomáticos, económicos e académicos, tanto nacionais como internacionais.

A influência política e diplomática de Nova Deli começa a ser notória, fruto de uma globalização que desde 1991 levou os vários governos indianos a implementarem um conjunto de reformas político-económicas e a consolidarem um processo de modernização militar capaz de combater de forma efetiva as ameaças internas e de dissuadir as ameaças externas à estabilidade e integridade territorial do país. Se tal não tivesse sido feito a Índia arriscaria a ser subalternizada internacionalmente.

Paralelamente, começou a notar-se entre os estrategistas indianos o reforço de narrativas estratégicas que – tal como as da China – enfatizam os objetivos de uma civilização tão antiga quanto resiliente, bem como um sentimento de “predestinação nacional”, em linha com a afirmação de Shashi Tharoor de que “a única ideia possível da Índia é a de uma nação que seja maior do que a soma das suas partes”¹.

Conceitualmente, esta ascensão tem gerado debates em torno dos desafios que países como a Índia, a China e a Rússia – a que se juntam os restantes dois membros dos BRICS (Brasil e África do Sul) – poderão trazer para a ordem internacional. Uns veem a dependência da Índia e da China face à economia e ao sistema financeiro global como razão mais do que suficiente para que defendam a preservação da sua estabilidade, secundarizando considerações de cariz mais realista associadas a perturbações resultantes das alterações na distribuição de poder. Outros perspetivam um cenário mais ambivalente, no qual estas potências não desafiarão diretamente os Estados Unidos da América, mas também não assumirão mais responsabilidades decorrentes dessa sua ascensão, levando, em última instância, a uma ordem internacional sem liderança efetiva, pautada por alinhamentos e acordos de oportunidade, na sua maioria de natureza efémera.

Considerações de carácter estrutural à parte, a realidade é que a Índia – tal como os restantes membros do grupo BRICS – enfrenta um conjunto de constrangimentos, tanto externos como internos, que podem limitar, a prazo, a continuidade do seu notável crescimento.

Externamente, a parceria estratégica entre a China e o Paquistão, a que se junta a falta de acordo quanto à delimitação da fronteira com a China, a disputa com o Paquistão sobre Caxemira, os programas de modernização nuclear e balística de Islamabad e de Pequim, as condicionantes que tem no acesso aos recursos energéticos da Ásia Central, para além das omnipresentes reticências quanto às vantagens de uma sua parceria com Washington, colocam um dilema às elites políticas e mili-

1 Shashi Tharoor (1997). *India: Midnight to the Millenium*. New Delhi: Arcade, p. 5.

tares sobre a razoabilidade em romper ou continuar com a tradicional política externa e de defesa assente na neutralidade e no não-alinhamento, como a melhor forma de salvaguardar o interesse nacional.

Internamente, com uma classe média estimada entre os 200 e os 250 milhões de pessoas, o país é visto como um enorme mercado para os produtos europeus e norte-americanos. No entanto, apesar do impressionante crescimento económico registado entre 2002 e 2011, e em menor escala – mas assim mesmo impressionante – de 2012 a 2015, os problemas associados à boa governação dos diversos Estados da Federação, a relativa debilidade do governo central em continuar a implementar e coordenar reformas económicas estruturais ainda mais profundas, as enormes assimetrias sociais e o défice de investimento em infraestruturas, ameaçam condicionar uma maior expansão desse enorme potencial.

Tendo em atenção este enquadramento, o Instituto da Defesa Nacional, integrado no ciclo de seminários ‘Os BRICS e a Ordem Internacional’, numa parceria com a embaixada da Índia em Portugal, organizou a 24 de novembro de 2015, o seminário internacional ‘*India’s Foreign Policy and Strategic Culture*’, que contou com conferencistas indianos e portugueses. Das respetivas comunicações, bem como dos contributos de dois investigadores do Institute for Defense Studies and Analysis (IDSA), de Nova Deli, resultou este número da revista *Nação e Defesa*.

No artigo de abertura, Amalendu Misra argumenta que existe uma cuidada e cultivada visão estratégica que pauta uma postura expansionista benigna da Índia. Esta visão assenta numa moldura política teórica autóctone que remonta a mais de dois mil anos e que resistiu ao passar do tempo, constituindo a base das relações internacionais contemporâneas da Índia.

Diana Soller questiona por que razão está a Índia a assumir alguns riscos em termos de segurança para fragilizar a ordem internacional liberal norte-americana. A autora argumenta que a primeira justificação baseia-se no histórico de relações tensas entre Washington e Nova Deli e na ausência de reciprocidade – um valor fundamental da cultura estratégica indiana – o qual condiciona uma maior compreensão entre ambos. A segunda justificação prende-se com o facto de estarmos perante países com uma história e identidade distintas, o que resulta em visões diferentes sobre a ordem internacional, fazendo prever o surgimento de alguns problemas resultantes da ascensão da Índia na ordem internacional. Assim, conclui que a política externa da Índia, no que concerne aos Estados Unidos, associada a uma visão multipolar do sistema internacional está a criar um dilema de segurança que Nova Deli tem ignorado, mas que mais tarde ou mais cedo terá de dirimir: o de as suas ações políticas estarem a fortalecer a posição da China, a maior ameaça à sua segurança.

Jabob Jabin analisa a Iniciativa chinesa ‘*One Belt, One Road*’ e as preocupações que ela gera na Índia. Descreve a resposta indiana bem como as suas debilidades, antes

de examinar os casos do Paquistão e do Oceano Índico no contexto da Iniciativa e o respetivo impacto nas relações Indo-Chinesas.

Aravind Yeleri argumenta que o crescimento económico da Índia favorece a China e que quanto mais as políticas económicas de Nova Deli forem progressivamente liberalizadas e se tornarem ainda mais recetivas ao investimento externo, maiores serão os benefícios para Pequim. Neste contexto, o autor crê que a desaceleração do crescimento chinês e a sua política de internacionalização podem muito bem ser explicadas pelas emergentes simetrias económicas da Ásia.

Constantino Xavier analisa o desenvolvimento das relações bilaterais luso-indianas e argumenta que as políticas externas de ambos os países convergem agora nas regiões de expressão e influência portuguesa. Para explorar o potencial deste cruzamento de interesses, são apresentadas várias recomendações e iniciativas concretas nas áreas do diálogo político, económico, estratégico e cultural.

Por fim, Francisco Galamas centra-se nas dinâmicas nucleares trilaterais entre a Índia, a China e o Paquistão e os riscos que estas acarretam para a estabilidade regional, advindos daquilo que descreve como um ciclo de “ação-reação”.

Na secção extra-dossiê, Ana da Silva Jorge faz uma caracterização da situação dos militares femininos nas Forças Armadas de vários países, antes e durante a primeira década do século XXI. Na sua análise é dada especial atenção às militares portuguesas. Adicionalmente, apresenta diversos casos onde a presença dos militares femininos foi considerada essencial para a eficiência e eficácia das missões e operações de paz, bem como as razões para a necessidade de inclusão de uma perspetiva de género nas organizações militares.

Vítor Rodrigues Viana